PORTARIA Nº 579/2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, por meio do Procurador-Geral de Justiça que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, adotando, para tanto, as medidas cabíveis para a correta aplicação da lei, nos termos do art. 127, caput da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que o Procedimento Investigatório Criminal é o instrumento de natureza administrativa e inquisitorial, instaurado e presidido pelo membro do Ministério Público com atribuição criminal, e terá como finalidade apurar a ocorrência de infrações penais de natureza pública, servindo como preparação e embasamento para o juízo de propositura, ou não, da respectiva ação penal (art. 1º, caput, Res. 13/2006 - CNMP);

Considerando a necessidade da padronização dos procedimentos extrajudiciais do Ministério Público, sendo o procedimento administrativo destinado ao acompanhamento de fiscalizações, de cunho permanente ou não, de fatos, instituições, e políticas públicas, assim como outros procedimentos não sujeitos a inquérito civil e o procedimento preparatório refere-se ao procedimento formal, prévio ao Inquérito Civil, que visa à apuração de elementos de identificação dos investigados ou do objeto (artigo 9º da Lei nº 7.347/85 e artigo 2º, §§ 4º a 7º, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007 – CNMP);

Considerando a Recomendação CGMP-PI nº 02/2017 expedida no dia 18 de janeiro de 2017 pelo Corregedor Geral do Ministério Público do Piauí

Considerando a necessidade de apuração dos fatos destacados na fiscalização levada a cabo no presente procedimento administrativo, dando causa a eventual FATO TÍPICO;

RESOLVE:

CONVERTER a NOTÍCIA DE FATO nº 63-214 – em PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL em face de Francisco de Assis de Oliveira Costa – Secretário de Saúde do Estado do Piauí visando à apuração dos fatos para posterior ajuizamento de ação penal ou arquivamento na forma da lei.

Autue-se e registre-se em livro próprio, procedendo em conformidade ao que preconiza a Resolução nº 023/2007 - CNMP.

Na oportunidade, **DETERMINO** a notificação do investigado, concedendo-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, apresentar resposta e/ou juntar os documentos que entender necessários ao esclarecimento dos fatos, devendo a cópia desta Portaria acompanhar a aludida notificação, possibilitando-se o pleno exercício de ampla defesa e contraditório.

Ademais, requer-se que seja oficiada a SESCAR CÍVEL para que informe se a decisão já foi cumprida e se o Secretário de Saúde do Estado do Piauí foi notificado pessoalmente, **devendo ser enviado a este Órgão Ministerial Superior cópia de documento que comprove a referida notificação pessoal do gestor acerca da decisão do Mandado de Segurança**

2015.0001.004287-3 ou o efetivo cumprimento desta decisão, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

AUTUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, em Teresina, capital do Estado do Piauí, aos dias sete do mês de março de dois mil e dezessete.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça